

026

Estado do Rio Grande do Sul MUNICIPIO DE BENTO GONÇALVES PODER EXECUTIVO

Of. n° 030/2024 - GAB/PL

Bento Gonçalves, 26 de junho de 2024.



Excelentíssimo Senhor Presidente:

Encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dos Ilustres Vereadores integrantes dessa Colenda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei nº 52, que AUTORIZA A CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA, TEMPORÁRIA E EMERGENCIAL.

O Projeto de Lei que ora estamos encaminhando pretende que os Vereadores que integram essa Colenda Câmara Municipal autorizem a contratação administrativa, temporária e emergencial de 08 (oito) Cargos de Médico Clínica Geral, Carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme descrito no art. 1° do projeto de lei em anexo.

A contratação temporária de médicos clínico-gerais é uma estratégia essencial para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde, especialmente em situações de demanda variável, emergências de saúde pública, coberturas de licenças e férias, e implementação de projetos especiais.

Ademais, no período de inverno, há um aumento significativo nos casos de doenças respiratórias e a contratação pretendida permitirá reforçar a equipe médica para o atendimento dessa demanda.

Por fim, salienta-se o aumento significativo de atendimentos na UPA (média de 500 atendimentos diários), o que demonstra a necessidade urgente de reforço da equipe para dar conta da assistência.

A autorização da contratação que por ora está sendo prevista no Projeto de Lei em anexo, tem fundamento nos artigos 233, inciso III e 234 da Lei Complementar n° 75, de 22 de dezembro de 2004, e suas alterações, pelo prazo de 10 (dez) meses, podendo ser prorrogada por uma vez, por igual período, ou conforme estipular o programa.

A Sua Excelência o Senhor Vereador Rafael Pasqualotto Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores Palácio 11 de Outubro Nesta Cidade



Estado do Rio Grande do Sul MUNICIPIO DE BENTO GONÇALVES PODER EXECUTIVO

Foi feito estudo de impacto orçamentário e financeiro, o qual resultou em favorável, dentro dos parâmetros legais e limites orçamentários e financeiros, conforme documento em anexo.

Sendo assim, encaminha-se o presente Projeto de Lei, uma vez que se faz necessária a autorização legislativa para a contratação, e que resta demonstrada a imperiosa necessidade da contratação para atender às exigências dinâmicas e urgentes do setor de saúde, garantindo o bem-estar da população e a eficiência dos serviços prestados.

Sem mais e confiando na aprovação da matéria, <u>em regime de urgência</u>, apresentamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

DIOGO SEGABINAZZI SIQUEIRA Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES PODER EXECUTIVO

PROJETO DE LEI № 50., DE 26 DE JUNHO DE 2024.

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA, TEMPORÁRIA E EMERGENCIAL.

Art. 1° É o Município de Bento Gonçalves autorizado a efetuar a contratação administrativa, temporária e emergencial, a seguir relacionada, a fim de atender necessidade temporária de excepcional interesse público:

I – 08 (oito) Cargos de Médico – Clínica Geral, Carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Padrão de vencimento SM6.

Parágrafo único. A necessidade temporária de excepcional de interesse público para contratação administrativa, temporária e emergencial dos cargos, se faz necessária de manter atendimento nos estabelecimentos de saúde, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços, especialmente em situações de demanda variável, emergências de saúde pública, coberturas de licenças e férias, e implementação de projetos especiais.

Art. 2º Ao contratado temporariamente serão assegurados os direitos elencados no Art. 236, da Lei Complementar nº 75, de 22 de dezembro de 2004, e em leis específicas, quando for o caso.

Art. 3º A contratação efetuada será pelo prazo de até 10 (dez) meses, conforme Art. 234, da Lei Complementar nº 75, de 22 de dezembro de 2004, podendo ser prorrogada por uma vez, por igual período, se necessário.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por recursos do orçamento vigente em dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mile vinte e quatro.

DIOGO SEGABINAZZI SIQUEIRA Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE BENTO GONCALVES	NTO GONCALVE	S		
IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	TÁRIO E FINANC	EIRO		
Processo Administrativo N° SMS- ADM-2024/0023	N° SMS- ADM-20	24/0023		
DATA DA ELABORAÇÃO DA ESTIMATIVA DE IMPACTO:			25/06/2024	
EXERCÍCIO EM QUE A AÇÃO ENTRARÁ EM VIGOR:		20	2024	
	No.	16	ANO:	2024
A - MOTIVAÇÃO E COMPENSAÇÃO				
Motivação do impacto (informar o código da legenda abaixo)	Gastos pre	vistos no exercício	Gastos previstos no exercício que entrar em vigor e nos dois	s nos dois
6 - Gastos com pessoal (LC 101, art. 21)		sapsec	subsequentes	
Motivação do impacto - Legenda	FONTE	2024	2025	2026
1 - Criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental (LC 101, art. 16)	200	380.666,08	761.332,16	761.332,16
2 - Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (LC 101, art. 17)				
3 - Renúncia de Receita (LC 101, art. 14)				
4 - Reconhecimento ou confissão de dívida (LC 101, art. 29, §1º)				
5 - Benefícios da Seguridade Social (LC 101, art. 24)				
6 - Gastos com pessoal (LC 101, art. 21)	TOTAL	380.666,08	761.332,16	761.332,16
B - MECANISMO DE COMPENSAÇÃO				
	FONTE	2024	2025	2026
Aumento permanente de Receitas Reducão permanente de despesas	200	1	1	-
☐ Aproveitamento da margem de expansão das D.O.C.C				
	TOTAL	,		

06/5

06	Departamento Legislativo
idores	o - 01 jul 2024 09:26

I - IMPACTO FINANCEIRO

ł		
ł		
	"	1
	-	:
	•	٦
	-	ø
		۹
ı	v	d
	-	d
	ш	
		5
	_	1
	-	Ĭ
	•	1
		٦
	ш	1
	-	
	n	,
	-	8
	и	ı
	_	۹
	-	4
ı		
ı	11	1
	-	4
۱	-	
ı	-	ĺ
۱	7	í
۱	~	
۱	-	١
۱	L	J
۱	17	
۱	щ	
ı	_	1
۱	-	d
1	ш	
ı	-	
ı		٦
ł	•	,
ł	-	
ı	ш	
ı		
ı	"	٦
ŀ	v	ø
ı	_	۹
ı	_	ø
ı	-	d
ı	ш	_
ı	-	
		ī
I	ш	J
I	4	
I	2)
	5	
	TO N	
	NCE	
	ANCE	
	ANGE	
	PONDE	
	NANCE	
	INANI	
	FINANCE	
	FINANCE	
	FINANCE	
	SFINANCE	
	S FINANCE	
	OS FINANCE	
	OS FINANCE	
	POS FINANCE	
	DOS FINANCE	
	DOS FINANCE	
	LI DOS FINANCE	
	AI DOS FINANCE	
	AL DOS FINANCE	
	SAI DOS FINANCE	
	SAI DOS FINANCE	
	SAI DOS FINANCE	
	F SAI DOS FINANCE	
	PESAI DOS FINANCE	
	DE SAI DOS FINANCE	
	DE SAI DOS FINANCE	
	DE SAI DOS FINANCE	
	A DE SAI DOS FINANCE	
	A DE SAI DOS FINANCE	
	VA DE SAI DOS FINANCE	
	IVA DE SAI DOS FINANCE	
	TIVA DE SAI DOS FINANCE	
	TIVA DE SAI DOS FINANCE	
	TIVA DE SAI DOS FINANCE	
	ATIVA DE SAI DOS FINANCE	
	INTIVA DE SAI DOS FINANCE	
	MATIVA DE SAI DOS FINANCE	
	MATIVA DE SAI DOS FINANCE	
	IMATIVA DE SAI DOS FINANCE	
	TIMATIVA DE SAI DOS FINANCE	
	TIMATIVA DE SAI DOS FINANCE	
	STIMATIVA DE SAI DOS FINANCE	
	STIMATIVA DE SAI DOS FINANCE	
	FSTIMATIVA DE SAI DOS FINANCE	
	ESTIMATIVA DE SAI DOS EINANCEIROS BOR FONTE DE RECLIRSOS	
	FINANTIVA DE SAI DOS FINANCE	
	ESTIMATIVA DE SAI DOS FINANCE	
	ESTIMATIVA DE SAI DOS FINANCE	

Fonte 500 –	2024	2025	2026
Saldo do exercício anterior	17.180.795,44	16.800.129,36	34.300.567,40
Receitas (ingressos) - previsão	344.561.701,88	365.235.403,99	387.149.528,23
Despesas - executadas e fixadas	344.561.701,88	346.973.633,79	367.792.051,82
Aumento de despesa ou renúncia de receita	380.666,08	761.332,16	761.332,16
Medidas compensatórias	00'0	00'0	00'0
Saldo final	16.800.129,36	34.300.567,40	52.896.711,65

PARECER SOBRE O IMPACTO FINANCEIRO

B - COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

s e Prioridades:	Administração do Sistema Governamental	Remunerar os servidores celetistas e estatutários
 ✓ A ação está prevista na LDO do exercício, conforme consta no anexo de Metas e Prioridades: 	Programa:	Objetivo:

Remur	
Ação:	☐ A ação não encontra previsão em nenhuma das metas e prioridades da LDO.

não é o caso

Projeto de Lei para inclusão na LDO

Remuneração, encargos e direitos dos servidores

C - COMPATIBILIDADE COM A LEI DO ORÇAMENTO

vigor:
em
financeiro
do exercício
Orçamento
de (
Lei
está prevista na
ação e
ão da
espesa decorrente da execuçã
βV
. 1

Projeto/Atividade: 2205 - Remuneração, encargos e direitos dos servidores

	500	Saldo	72.953.481,80	
III - LIMITES				
A) PESSOAL				
(1) Receita Corrente Líquida (Atual e Prevista)	2024 627.904.229,73	2025 678.136.568,11	2026 732.387.493,56	
(2) Comprometimento atual de gastos com pessoal	305.865.310,20	321.158.575,71	337.216.504,50	
(3) Percentual de comprometimento atual de gastos com pessoal	48,71%	47,36%	46,04%	
(4) Acréscimo nos gastos	380.666,08	761.332.16	761.332.16	
(5) Mecanismo de Compensação	,	. ,		
(6) Gastos Totais Projetados com o aumento proposto.(= 2 + 4 - 5)	306.245.976.28	321.919.907.87	337 977 836 66	
(7) Percentual projetado em relação à Receita Corrente Líquida (= 6 / 1)*100	48,77%	47,47%	46,15%	

PARECER SOBRE O LIMITE DE ENDIVIDAMENTO COM PESSOAI

Não será comprometido, pois continuará dentro dos parâmetros legais, ou seja, a baixo do Limite Legal de 54%.

PARECER FINAL

De acordo com os valores projetados, há previsão de saldo orçamentário e financeiro para a realização da referida despesa de pessoal.

Assinada de forma digital por EUSIANE SCHENATO:88841715049 Dados: 2024.06.26.14:37:22-03:00

ELISIANE SCHENATTO Secretária de Finanças

CHELLA
Asinosdo de forma distribue to
HASTENTEUFEL:839666500 INSTRITUTEUFEL:8996665010
Dedex: 2024 66.26 1435.15 *01
10

Contador - CRC/RS 091511/0-8 CHEILA HASTENTEUFEL

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Eu, DIOGO SEGABINAZZI SIQUEIRA prefeito municipal de Bento Gonçalves, no uso de minhas atribuições legais, em cumprimento às determinações do Inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na qualidade de Ordenador de Despesas, e à vista da referida estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro, DECLARO existir recursos para a execução da ação pleiteada.

Declaro, ainda, que a execução da ação acima referida não contraria nenhum dispositivo legal, notadamente da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal e demais leis em vigor, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal e Resoluções do Senado Federal.

Por se tratar de renúncia de receita, nos termos do art. 14 da LRF, declaro, também, que as ações previstas possuem mecanismo de compensação compatível e adequado, conforme consta na letra B.

Bento Goncalves, 25 de JUNHO de 2024.

DIÒGO SEGABINAZZI SIQUEIRA Prefeito Municipal

08	6

Total Mensal 63.444,35 **63.444,35** Qtde Vale Alimentação 598,00 598,00 Provisão 13º Patronal INSS Salário (22,8650%) 456,09 1.251,41 456,09 1.251,41 Provisão Férias + 1/3 152,03 **152,03** Vencimento Bruto INSALUBRIDADE NOVOS GASTOS PREVISTOS 246,90 5.226,12 Fonte de Recurso 0200 Médico Clinica Geral 20 horas SM 6 TOTAL CARGO

MEMÓRIA DE CÁLCULO - SMS-ADM - 2024/00023

Meses	9	Recurso 500
TOTAL 2024	380.666,08	380,666,08
Meses	12	Recurso 500
TOTAL 2025	761.332,16	761.332,16
Meses	12	Recurso 500
TOTAL 2026	761.332,16	761.332,16

Meses	9	Recurso 500
TOTAL 2024	380.666,08	380,666,08
Meses	12	Recurso 500
TOTAL 2025	761.332,16	761.332,16
Meses	12	Recurso 500
TOTAL 2026	761.332,16	761.332,16